



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização

Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores do Sistema  
Prisional

DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA FAMÍLIA PARA ASSISTIR O FILHO  
EGRESSO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO NO CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA  
DO ASSARÉ

MARIA DO SOCORRO COSTA NERIS

Fortaleza-Ceará

Novembro de 2012

**MARIA DO SOCORRO COSTA NERIS**

**DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA FAMÍLIA PARA ASSISTIR O FILHO  
EGRESSO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO NO CENTRO EDUCACIONAL  
PATATIVA DO ASSARÉ-CEPA.**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para a Formação de Professores do Sistema Prisional da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ercília Maria Braga de Olinda.

Fortaleza-Ceará

2012.

**MARIA DO SOCORRO COSTA NERIS**

**DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA FAMÍLIA PARA ASSISTIR O FILHO  
EGRESSO DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO NO CENTRO EDUCACIONAL  
PATATIVA DO ASSARÉ-CEPA.**

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ercília Maria Braga de Olinda

Orientadora

---

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola

Coordenador do Curso

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria José Barbosa

Coordenadora Pedagógica

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, pela força dada a mim para realizar mais um projeto em minha vida.

A minha mãe, por dizer, toda vez que eu queria parar de estudar: “você chegou até aqui, vai em frente”!

Aos meus filhos, que compreenderam e foram pacientes com minha ausência, quando precisaram de mim.

A Roberta Santos, ex. coordenadora pedagógica das Medidas Socioeducativas na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento da Ação Social-STDS, por ter-me incluído nessa formação.

Ao Centro Educacional Patativa do Assaré, pelo apoio dispensado à minha pesquisa.

As famílias dos jovens em conflito com a lei, do Centro Educacional Patativa do Assaré, por terem compartilhado seus problemas, através de relatos de fragmentos de suas vidas.

A professora e doutora Ercília Maria Braga de Olinda, pela paciência e confiança como conduziu esta monografia.

A professora Rita Rolim do curso de Biologia, que soube compreender o meu cansaço nas noites de segunda- feira, quando, por muitas vezes fui flagrada dormindo em sua aula.

A todos os meus amigos do Curso de Biologia, especialmente a minha equipe: Juscelino, Marquinho, Moisés, Creusa. Rafael, Igor e “Souzinha”, nosso guru.

“O sacrifício de um ser humano não pode estar baseado no comportamento folgado de outro. A verdadeira felicidade deve ser boa para os dois.”

(Içami Tiba)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 –	Entrada do Centro Educacional Patativa do Assaré .....	15
Fotografia 2 –	Recepção .....	16
Fotografia 3 –	Direção .....	16
Fotografia 4 –	Copa .....	17
Fotografia 5 –	Sala dos Professores .....	17
Fotografia 6 –	Enfermaria e Odontologia .....	18
Fotografia 7 –	Setor de Psicologia .....	18
Fotografia 8 –	Setor Jurídico .....	19
Fotografia 9 –	Setor de Serviço Social .....	19
Fotografia 10 –	Sala da Coordenação Pedagógica.....	21
Fotografia 11 –	Salas de Aula .....	22
Fotografia 12 –	Quadra Poliesportiva .....	22
Fotografia 13 –	Campo de Futebol .....	23
Fotografia 14 –	Cozinha .....	23
Fotografia 15 –	Refeitório.....	23
Fotografia 16 –	Fábrica Metal Mecânica Maia.....	24
Fotografia 17 –	Oficina de Vassouraria .....	25
Fotografia 18 –	Oficina de Saneante.....	25
Fotografia 19 –	Oficinas de Tecelagem, Customização e Arte em Embalagens para Presente .....	25

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Entrada do Centro Educacional Patativa do Assaré .....	15
Gráfico 2 –	Recepção .....	16
Gráfico 3 –	Direção .....	16
Gráfico 4 –	Copa .....	17
Gráfico 5 –	Sala dos Professores .....	17
Fotografia 6 –	Enfermaria e Odontologia .....	18
Fotografia 7 –	Setor de Psicologia .....	18
Fotografia 8 –	Setor Jurídico .....	19
Fotografia 9 –	Setor de Serviço Social .....	19
Fotografia 10 –	Sala da Coordenação Pedagógica.....	21
Fotografia 11 –	Salas de Aula .....	22
Fotografia 12 –	Quadra Poliesportiva .....	22
Fotografia 13 –	Campo de Futebol .....	23
Fotografia 14 –	Cozinha .....	23
Fotografia 15 –	Refeitório.....	23
Fotografia 16 –	Fábrica Metal Mecânica Maia.....	24
Fotografia 17 –	Oficina de Vassouraria .....	25
Fotografia 18 –	Oficina de Saneante.....	25
Fotografia 19 –	Oficinas de Tecelagem, Customização e Arte em Embalagens para Presente .....	25

## SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO .....	09
1	CAPÍTULO I – DIAGNÓSTICO DO CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ .....	16
1.1	Dados de identificação .....	16
1.2	Dos profissionais que atuam no Centro Educacional Patativa do Assaré .....	18
1.3	Do regimento interno .....	21
1.4	Do projeto político pedagógico .....	22
1.5	Das condições estruturais .....	22
1.6	Da educação profissionalizante .....	25
1.7	Dos profissionais da educação .....	27
1.8	Perfil dos socioeducandos .....	28
2	CAPÍTULO II – RELATOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS DOS SOCIOEDUCANDOS EM CONFLITO COM A LEI NO CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ .....	29
2.1	O convívio familiar .....	29
2.2	O jovem em conflito com a lei e o preconceito social .....	32
2.3	Como tudo começou .....	40



3	CAPÍTULO III – SUGESTÕES E POSSIBILIDADES DE MUDANÇA DE VIDA .	43
3.1	O que pensam as famílias dos socioeducandos em conflito com a lei no Centro Educacional Patativa do Assaré-CEPA .....	43
3.2	Sociedade: quem pariu mateus que balance .....	45
3.3	Políticas públicas e a reintegração do jovem em conflito com a lei .....	46
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	48
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	51
	APÊNDICES .....	53
	APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas.....	53
	ANEXOS .....	55
	ANEXO A – Fluxograma do Centro Educacional Patativa do Assaré .....	55

## INTRODUÇÃO

“[...] Mais que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais que de inteligência, precisamos de afeição e ternura, pois sem essas virtudes o mundo será de violência e tudo estará perdido”.

(Charlin Chaplin)

O Brasil vivencia um momento na história da juventude muito preocupante com relação à convivência familiar. Muitas famílias estão sendo fragmentadas, tornando-se assunto das políticas públicas sociais e educacionais, visto aos desentendimentos e até mesmo atitudes violentas ocorridas entre seus membros.

Segundo Içami Tiba (1996, p. 152) “a violência é uma semente colocada na criança pela própria família, que encontrando terreno fértil dentro de casa, se tornará uma planta rebelde na escola, expandindo-se depois em direção à sociedade”.

Em se tratando das Medidas Socioeducativas voltadas para adolescentes em conflito com a lei, é notória a existência de muitos seres com sua liberdade interrompida, por se encontrar em regime de internação, semiliberdade ou liberdade assistida.

Segundo Eryka e Tânia (2009, p. 35), o lugar por excelência para esses jovens é o convívio familiar, seja nuclear ou extensa a outros parentescos, o que reafirma o preceito estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069 de 13 de julho de 1990). Para estas autoras, caso o afastamento desses sujeitos do contexto familiar seja realizado e, se por ventura algum perigo venha abalar sua integridade física e psíquica, o prolongamento do afastamento desse jovem poderá provocar enfraquecimento dos vínculos com a família, perda de referências do contexto e de valores familiares e comunitários, exigindo preparação ainda mais cuidadosa no caso de reintegração familiar.

Nos casos de violência familiar, o ECA, em seu artigo nº 130 prevê “aos que praticam violência às crianças e aos adolescentes, o afastamento do agressor da moradia comum, passando estes aos cuidados de um acolhimento de qualidade, preferencialmente em programas de abrigo”.

No caso dos sujeitos aqui considerados, os mesmos são afastados do convívio familiar por determinação judicial em cumprimento de medida socioeducativa, conforme indicado no art.100 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

Para compreender esta dinâmica, buscarei entrevistar 05(cinco) famílias entre pai, mãe, avó (os), padrastos, e tios, uma vez, que muitos dos socioeducandos são criados por sujeitos que biologicamente não os fecundaram, mas que trazem laços consanguíneos e que estes consideram uma referência familiar.

Fica bastante nítida, assim, a expectativa de que a formação familiar tenha por meta, entre outros itens, o trabalho de fazer diminuir a violência e os desentendimentos que se desenvolveram ao longo do tempo na relação pais e filhos.

Imaginamos que fora do convívio em família, é mais provável que os jovens se envolvam nas relações de natureza inconveniente que levaram a infrações. Distantes de seus genitores ou responsáveis, estes estarão sempre em menor disposição para pensar em si e no seu desenvolvimento pessoal, uma vez que distante dos laços consanguíneos e afetivos, o jovem egresso da medida de internação, pode retornar aos grupos de amizades e convivência propiciadoras de condutas inadequadas, como furtos, tráfico de drogas, espaçamentos etc, podendo contribuir para uma possível volta à casa de internação e de privação de liberdade. Os dados estatísticos disponibilizados pela Secretaria do Trabalho e Ação Social (STDS) mostram que 85% dos adolescentes são reincidentes. Por este dado fica patente o questionamento quanto ao papel da família no acompanhamento dos egressos de medidas socioeducativas, e quais dificuldades as famílias encontram no acompanhamento e apoio a estes adolescentes.

Todos os esforços devem ser empreendidos para preservar e fortalecer os laços que unem essa entidade, permitindo que um passe a pensar no outro, a preocupar-se com o outro e começar a tomar providências no tocante à conservação, amparo e vigilância do outro, mesmo que isso custe o envolvimento de lutas e sacrifícios para defender o filho egresso das medidas de internação. Assim sendo, podemos caracterizar a família como um

sistema, onde seus membros estão interligados entre si e com o meio em que vivem: trocam informações, experiências, ajudam e interagem com sua comunidade e seu meio sociocultural. Como diz Gomes (1987, p.27)

[...] A família é um sistema semiaberto. Um sistema que troca com o meio ambiente ajuda, experiência e informação e que está sempre em uma interação com sua comunidade e com o seu meio sociocultural. Mantém a sociedade e é mantida por ela, Troca alimenta e cria a sociedade em seu meio social, do qual ela faz parte e não pode ser conhecida como entidade isolada.

Compreendendo que, a reintegração familiar seja considerada a melhor forma, a preparação para o retorno, deverá incluir uma significativa participação da família na vida desse adolescente, inclusive no cumprimento das responsabilidades enquanto pais, desde o lar, a escola, a sociedade e todos os seguimentos que esse jovem possa estar inserido. Deste modo, fica-se em sintonia com a concepção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que em seu Art.22 preceitua: “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”.

Para realçar a importância de tais compromissos, trazemos um expressivo trecho presente no *Guia Útil para os Pais* (2008, p.13)

[...] os cônjuges se unirão, somarão esforços, reverterão – se - ão aqui e acolá, nesse ou naquele compromisso, a fim de atender com elevada dedicação aos filhos, postos pela vida sob seus cuidados.

[...] contudo costuma ser no trato familiar que ocorrem as indisposições, as querelas, os embates fortes, nos quais aqueles que se sentem oprimidos gritam por liberdade, os que se acreditam desrespeitados evocam respeito, os que se admitem vitimados por desatenções ou desconsiderações, propugnam por atenção ou consideração.

Este trabalho está organizado de forma a identificar e compreender as dificuldades encontradas pela família do jovem egresso da medida de privação de liberdade no Centro Educacional Patativa do Assaré na dinâmica de convivência cotidiana, numa perspectiva de aproximar-me dessa realidade através de depoimentos e / ou entrevistas com os participantes, buscando esclarecimentos junto a essas famílias, que possam justificar o motivo pelo qual esse adolescente encontra dificuldade em conviver harmoniosamente com seus familiares.

Pensando sobre os motivos que me levaram a fazer esta pesquisa, vejamos que a partir de um olhar sobre os sujeitos privados de liberdade, fui convidada a pensar sobre esta temática. Percebi, enquanto professora que os adolescentes internos se encontravam em condições de estigmatizados, frutos de um preconceito social, uma vez que, acredito, serem pessoas privadas do alcance aos bens culturais e sociais, por isso são ignorados e classificados como inferiores, dada as camadas sociais dominantes que os circulam. Também busquei encontrar recursos que me fizessem compreender qual ou quais os agentes causadores desse desequilíbrio familiar, haja vista que todos são sujeitos, participam e integram-se a uma comunidade.

Sendo professora da Educação de Jovens e Adultos (primeiro seguimento - EJA II) e atuando diretamente com esses jovens, busquei compreender a necessidade que os mesmos apresentam em conviver em família, uma vez que provavelmente, é nesta relação que estes buscam o apoio para a realização não apenas dos seus problemas, mas a segurança e a conquista do sucesso. Compreendi que a figura do professor na vida desses jovens privados de liberdade faz a diferença, fortalece o desenvolvimento e expectativas de transformação quanto à mudança de vida e tomada de decisão.

É significativo saber que a família é a primeira e principal instituição responsável pela proteção e cuidado com esse jovem. É autônoma para intervir e atuar na vida de seu filho, pois ao mesmo tempo que esta cria, participa e impede os conflitos no cotidiano, advindo de desajuste familiar e de uma desigualdade social, cujas diferenças, suponho que estejam historicamente construídas na falta de oportunidades. Como diz Içami Tiba (1996,p.67.): “[...] Quando a repressão é muito grande, o filho tem um modelo repressor internalizado e o externará sempre que puder, ou seja: sofre uma repressão dos pais, vai reprimir os mais fracos”.

Enquanto o filho é criança, esse tipo de educação repressora parece não trazer tantos problemas, dada a condição mais maleável e menos questionadora das crianças. Porém, ao se tornar jovem, a busca por uma identidade social faz com que este veja os amigos com mais importância que os pais e que passe a procurar em outras comunidades sociais, o que gostariam de receber dos seus genitores.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O capítulo primeiro se inicia com um diagnóstico do Centro Educacional Patativa do Assaré, seu processo histórico, as diretrizes operacionais, os profissionais atuantes, os socioeducandos e a estrutura física da

unidade. Pretendi também, identificar aspectos relacionados com as condições de moradia, situação econômica, financeira e cultural das famílias dos egressos. Estes dados podem indicar fatores que possivelmente influenciaram o retorno desse jovem ao Centro Educacional.

No segundo capítulo, analisei questionamentos e relatos de vida dessas famílias, uma vez sofridas e estigmatizadas pelo preconceito social.

O terceiro capítulo buscou junto às famílias dos jovens egressos da medida de internação, sugestões que possam viabilizar possibilidades de mudanças de vida, programas que estão sendo desenvolvidos no Ceará para a manutenção do vínculo familiar, bem como um envolvimento que devolva a este educando o retorno ao convívio em família, em sociedade e a busca pela escola. Também trago relatos das famílias entrevistadas, expressos através de atividades realizadas durante as entrevistas.

Nas considerações finais busquei discutir determinantes que possam contribuir na resolução dos possíveis problemas existentes, como também analisei a possibilidade da criação de políticas públicas que possam auxiliar nas necessidades socioeconômicas, educacionais e profissionais que por ventura venham a existir entre essas famílias.

A seguir apresentarei formalmente os objetivos da pesquisa:

## **OBJETIVO GERAL**

Mapear e compreender as dificuldades encontradas pelas famílias de egressos da medida de internação, quanto à permanência destes adolescentes no convívio familiar e social, com destaque para o retorno ao convívio em família, a escola, a sociedade e ao mercado de trabalho para os que já estão inseridos e a conquista para os que buscam esta oportunidade.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

\*Diagnosticar a instituição, destacando os aspectos físicos, históricos, administrativos e pedagógicos;

\*Analisar situações socioculturais e econômicas das famílias dos jovens egressos da medida de internação;

\*Caracterizar o ambiente familiar, evidenciando os fatores que contribuíram para o desequilíbrio entre pais e filhos adolescentes em conflito com a Lei.

A pesquisa realizada para o desenvolvimento desta monografia inseriu-se no universo das abordagens qualitativas, utilizando a estratégia do estudo de caso. Optar pela pesquisa qualitativa implica buscar desvelar uma realidade que não pode apenas ser quantitativa, pois se opta pela pesquisa dos significados, das aspirações, das particularidades do objeto de pesquisa, por falar do movimento do particular como um todo. (MINAYO,1994). modo:” A entrevista A pesquisa qualitativa permite com maior rigor investigar o objeto de estudo inserido num movimento e percebê-lo como sujeito que tem algo a dizer pela sua experiência e inserção nessa, torna-o parte de um todo complexo. A pesquisa qualitativa é fundamental no processo de investigação. Minayo define a entrevista em pesquisa do seguinte modo: é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contido na fala dos autores sociais. Ela não significa uma conversa despretenciosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.” (2004,p.57)

De acordo com Cecília Minayo (1992, p.105) a pesquisa qualitativa tem as seguintes características: teoria e abordagens sobre pensamento e ação, construção da realidade aos olhos de uma indagação científica que seja inteligível, capaz de sugerir questões reais e possa representar relações abstratas entre coisas, fenômenos e/ou processos. Enfim, de acordo com Kaplan (1972): "A pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, esta que se constrói com um ritmo próprio e particular".

Para Bogdan e Biklen (1994, pág. 39), o estudo de caso é usado para levantar informações da realidade de um ou vários sujeitos, incluindo resultados e intervenções, se preciso for.

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizei os seguintes procedimentos: observação participante e análise documental para a realização do diagnóstico da Instituição. Junto às famílias foram realizadas entrevistas abertas, abordando os seguintes aspectos: moradia, situação socioeconômica e cultural, relação familiar, aplicação de um questionário, entre outros assuntos.

Observei que dia após dia essa convivência entre pais e filhos está sendo assunto prioritário das políticas públicas sociais e educacionais, visto aos desentendimentos ocorridos entre essas famílias e suas atitudes. Em se tratando das Medidas Socioeducativas, sabemos que muitos dos jovens interrompem sua juventude por se encontrar em regime de internação e privação de liberdade. Como as famílias devem agir para orientar e acompanhar estes jovens? O que compete aos educadores e o que cabe ao Estado? Espero contribuir com estas reflexões.



## **CAPÍTULO I - DIAGNÓSTICO DO CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ**

“...Só agora eu sei o que aconteceu, quem sabe menos das coisas, sabe muito mais que eu...”

(Roberto Carlos)

### **1.1 Dados de identificação:**

O Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA), localizado á Rua Jurandir Alencar, nº 2555, é um dos nove Centros Educacionais mantidos pela STDS. Sua fundação ocorreu em 02, de abril de dois mil e dois. Ancuri destina-se à internação de adolescentes em conflito com a lei, do sexo masculino em situação de sentenciados, os quais são encaminhados pelo juizado da infância e da juventude de Fortaleza, comarcas de outros municípios e advindos de outros Centros Educacionais. Também recebe aqueles que estão em cumprimento de internação/sanção que corresponde a um descumprimento de medida imposta pelo juiz, com duração de noventa dias. As referidas medidas socioeducativas estão previstas no art. 108 e 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA.

**Fotografia 1 - Entrada do Centro Educacional Patativa do Assaré**



Fotografia 2 - **Recepção**



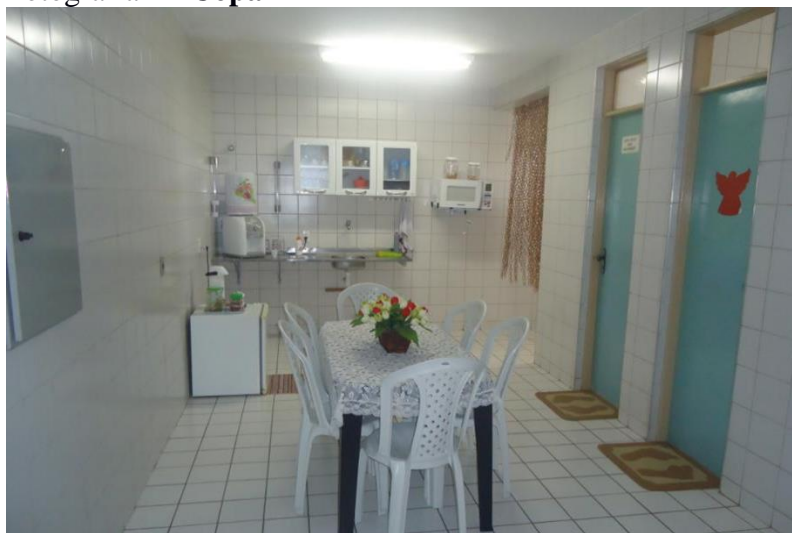
Este centro teve sua primeira direção, o Sr. Abraão Pinheiro Filho com permanência por 10 (dez) anos e alguns colaboradores. Durante sua gestão vários conflitos aconteceram entre eles, vidas que foram ceifadas, resultado de conflitos entre os adolescentes internos. Somente a partir de março de 2011, houve mudança de diretor, estando à frente desta unidade o Sr. Fernando Albuquerque Barroso, sua equipe de colaboradores e os jovens internos em conflito com a lei.

Fotografia 3 - **Direção**



A princípio esta unidade iniciou seus trabalhos com um pequeno grupo de jovens adolescentes em conflito com a lei. No decorrer do tempo este nº foi crescendo e atualmente o centro funciona com um número de adolescente além de sua capacidade.

**Fotografia 4 - Copa**



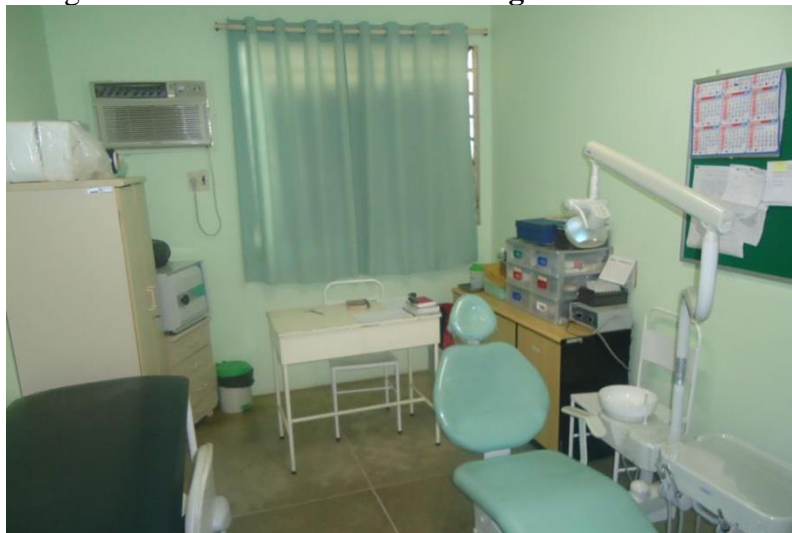
## **1.2 Dos profissionais que atuam no Centro Educacional Patativa do Assaré**

O Centro conta com um diretor administrativo responsável pela ordem e disciplina geral da unidade, duas assistentes administrativas, duas assistentes sociais e duas pedagogas. Uma advogada, um dentista, um enfermeiro e uma psicóloga. Seis professores de sala de aula, um educador físico, um técnico em educação física e seis instrutores de ofícios em diferentes áreas.

**Fotografia 5 - Sala dos Professores**



**Fotografia 6 - Enfermaria e Odontologia**



No que concerne ao quadro dos serviços gerais, a instituição trabalha com a colaboração de um auxiliar administrativo, oito cozinheiras e quatro copeiras. Nos serviços de manutenção, o centro conta com um eletricista, quatro vigias e três porteiros. Seis motoristas, distribuídos em plantões que fazem o transporte do diretor até a unidade, bem como o traslado dos internos quando estes necessitam se ausentar desta unidade, seja para o fórum (audiências) ou para os demais assuntos: médico, emissão de documentos, outros.

**Fotografia 7 - Setor de Psicologia**



Visto que a estrutura física da Unidade foi construída para receber sessenta

adolescentes, atualmente sua lotação varia entre cento e quarenta e dois a duzentos adolescentes em sistema de aglomeração, pois, o que era capacidade para sessenta internos abriga mais que o triplo de sua capacidade. Esta é uma das preocupações de todos que fazem esta instituição: o desconforto no que concerne à aglomeração e um atendimento precário visto a grande quantidade de adolescentes internos e pequeno número de profissionais para um melhor atendimento.

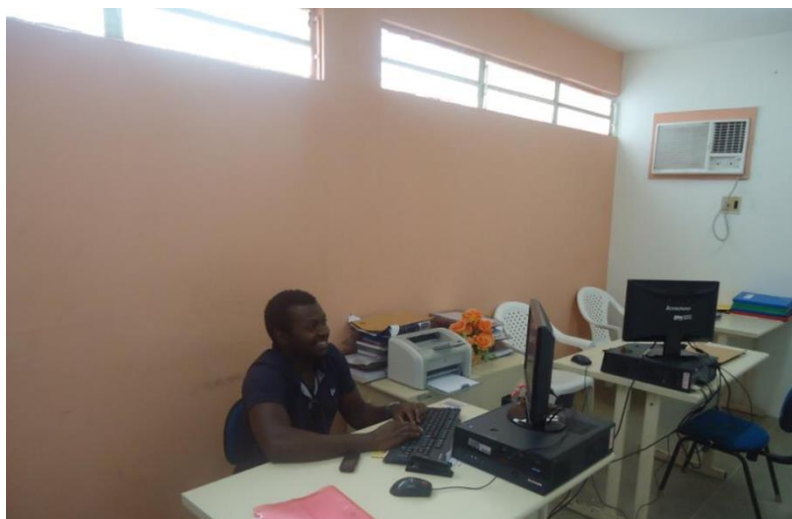
**Fotografia 8 - Setor Jurídico**



No que concerne ao quadro profissional, a instituição opera com um contingente de funcionários abaixo de suas necessidades, pois no que se refere ao educador social, o quadro existente não é suficiente para a quantidade de adolescentes. O centro atualmente conta com cento e vinte e seis educadores sociais, um coordenador geral de disciplina e quatro coordenadores de plantão. No momento acolhe cento e cinquenta e sete adolescentes em conflito com a lei.

**Fotografia 9 - Setor de Serviço Social**





### 1.3 Do regimento interno

Considerando a fase peculiar do desenvolvimento humano, é importante destacar que o Centro Educacional Patativa do Assaré - CEPA, em seu funcionamento, cumpre e obedece as normas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que estabelece a obrigatoriedade de ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultural e profissionalizante. SINASE (Art.8º), também as diretrizes internas, que por sua vez organizam e controlam o funcionamento desta instituição desde os direitos aos deveres, se estendendo às obrigações, determinando as atribuições de cada profissional, supervisionando e avaliando os resultados. É sabido que todas as diretrizes internas **são** válidas também para os socioeducandos, que em seu momento de internação cumprem, respeitam e obedecem as normas estabelecidas pelo SINASE E ECA através do Centro Educacional. Desta forma, os jovens internos acompanham e obedecem a um ritual onde há momento para cada atividade desde o acordar, os atendimentos técnicos e terapêuticos, as refeições, a sala de aula, o lazer e o repouso, bem como o momento de dormir. Durante a receptividade, esses adolescentes passam por vários ambientes com diferentes atendimentos como estão estabelecidos no plano individual de atendimento - PIA que vai da fase inicial de atendimento, onde se inicia o período de acolhimento e de reconhecimento do processo de convivência individual e grupal, a fase intermediária, período em que são avaliados os avanços relacionados aos trabalhos realizados com estes adolescentes e fase conclusiva, onde o jovem interno apresenta convicção e conscientização das conquistas adquiridas em seu processo socioeducativo.

Esta unidade no cumprimento de suas atribuições, também assiste jovens em conflito com a lei em medida de **sanção** proposta pelo SINASE E ECA. Estes por sua

vez cumpre um período de internação com tempo bem menos reduzido, aproximadamente 90 dias.

Todas as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA propõem às medidas socioeducativas, não somente as punições, mas o fortalecimento das redes de apoio aos adolescentes e suas famílias, bem como todas as ações e serviços que envolvam jovens menores em conflito com a lei.

#### 1.4 Do projeto político pedagógico

A proposta pedagógica do Centro Educacional Patativa do Assaré está pautada em uma proposta de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e tem como público alvo específico, adolescentes privados de liberdade, entre 16 e 17 anos.

Dentre seus objetivos, é prioridade dessa proposta através do Centro Educacional ofertar uma educação escolar de qualidade nos níveis de ensino fundamental e médio, que possam desenvolver conhecimentos e favorecer o desenvolvimento da autoestima, o resgate dos laços afetivos familiares onde direitos e deveres são evidenciados. Prisma a elaboração de um currículo adequado pautado em referenciais teóricos e práticos e um planejamento pedagógico onde suas ações possam expressar a compreensão e o desejo de superação dos sentimentos de inferioridades e incapacidade, assumindo o papel de cidadãos conscientes dos seus direitos.

Fotografia 10 - Sala da Coordenação Pedagógica



Com base no SINASE, a proposta pedagógica servirá como instrumento norteador para as demais propostas, deverá oportunizar ao socioeducando um momento ativo e reflexivo, onde este possa se sentir sujeito da própria construção.

#### 1.5 Das condições estruturais

O Centro Educacional Patativa do Assaré possui seis blocos distribuídos cada em cinco dormitórios, o que não contempla a necessidade do contingente de adolescentes em



conflitos coma lei, internos. Cada dormitório abriga entre oito a dez jovens privados de liberdade. Cada dormitório está constituído de quatro camas de alvenarias e um banheiro coletivo. Duas áreas para a convivência protetora, local cujos internos não podem se misturar com o grupo maior dada a gravidade do ato infracional, (estupradores e matadores de pessoas do sexo feminino, (os mata bela)). Apresenta também seis salas de aula, uma quadra para a realização das atividades esportivas, um campo de futebol também para a prática do esporte, um auditório, um refeitório, e uma cozinha, uma área reservada para o encontro-visita entre pais e filhos. Vale informar que todo o agendamento e controle das visitas são realizados pelo serviço social desta unidade.

Fotografia 11 - **Salas de Aula**



Fotografia 12 - **Quadra Poliesportiva**



Fotografia 13 - **Campo de Futebol**



Fotografia 14 - **Cozinha**



Fotografia 15 - **Refeitório**



## 1.6 Da educação profissionalizante

Fotografia 16 - **Fábrica Metal Mecânica Maia**



A educação profissionalizante no CEPA, mantém parcerias com a Secretaria do Trabalho e Ação Social ou órgãos similares cumprindo os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, (art.69). Dentre as oficinas profissionalizantes, os internos recebem curso de embalagem, curso de tecelagem, de curtumização, vassouraria e saneantes. O centro também conta com um laboratório de informática e uma sala de música direcionadas ao aprendizado do mundo digitalizado e artístico. Todas as oficinas trabalham com seus educandos em torno de uma hora e meia por turno e tem como objetivos identificar habilidades e competências, bem como propor aos jovens internos uma formação profissional, que possa no futuro, ao deixar a casa de internação possam ingressar no mercado empreendedor, construir seu próprio negócio, melhorar sua renda familiar e exercer sua cidadania com dignidade convivendo em família e sociedade.

Fotografia 17 - **Oficina de Vassouraria**





Fotografia 18 - **Oficina de Saneante**



Fotografia 19 - **Oficinas de Tecelagem, Customização e Arte em Embalagens para Presente**



Dentre os projetos desenvolvidos, vale ressaltar o **PROJETO FAMÍLIA NO CEPA**, que traz em sua essência a superação do desvinculamento familiar e a reaproximação e reconstrução dos vínculos entre pais e filhos. Também voltado para a educação temos o projeto **ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO** que em seu princípio educativo propicia conhecimentos essenciais ao desenvolvimento da aprendizagem e crescimento humano.

Importante salientar que todas as turmas são organizadas por níveis de escolaridade, a partir de um conhecimento já adquirido por esse socioeducando em uma educação informal, bem como anos concluídos quando em liberdade.

Os recursos utilizados em sala de aula são fornecidos pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará-SEDUC, que se traduz em um básico: lápis, cadernos, borrachas, apontadores, apagadores, régua, lápis de cera, de cores e livros.

Os trabalhos são desenvolvidos conforme o calendário escolar da SEDUC em parceria com o SEJA Adelino Alcântara, órgão o qual os professores são lotados. O trabalho escolar acontece em dois turnos: manhã e tarde nos horários de oito às onze (manhã) e de treze e trinta às dezesseis e trinta (tarde).

Durante as atividades educativas, vez por outra encontramos pais que buscam os profissionais para expressarem suas satisfações ao ver o filho engajado em cursos profissionalizantes e/até mesmo lendo e respondendo cartas recebidas de seus familiares.

Também paralelo ao trabalho educativo e de ressocialização, o centro recebe grupos permanentes de religiosos em diversas religiões. Todos os trabalhos religiosos buscam o fortalecimento da espiritualidade e da fé numa perspectiva de transformação e reconstrução, como amostra, atualmente temos jovens evangélicos palestrantes na instituição que, uma vez cometido ato infracional passaram por esta unidade.

## **1.7 Dos profissionais da educação**

O processo de formação dos profissionais da educação que trabalham nesse centro tem início a partir de grupos de estudos das diretrizes nacionais e da proposta pedagógica, pois ambas são eixos norteadores do processo educativo. Os estudos acontecem em horários e temas diferentes: enquanto um grupo estuda o SINASE e ECA, o outro estuda a proposta pedagógica. Ainda como formação continuada a Secretaria de Educação do Estado do Ceará-SEDUC oferta semestralmente encontros pedagógicos voltados para a formação dos educados. Durante a realização das atividades a instituição conta com a participação de todos os funcionários, principalmente dos envolvidos com a educação e profissionalização. As condições de trabalho são razoáveis: necessitam de ambientes maiores e mais ventilados, mais segurança e um espaço onde pudéssemos utilizar para estudos e pesquisas (biblioteca). Além das dificuldades citadas, a desvalorização com o professor, baixo salário entre outros. Mesmo diante das dificuldades não me sinto intimidada para realizar o meu trabalho, pois acredito que todos que se encontram com sua liberdade privada têm um sonho, porém lhes faltam oportunidades.

Todos os planejamentos são realizados semanalmente com a equipe do Seja Adelino Alcântara. Na construção do planejamento são abordados temas em diferentes áreas e construídas estratégias que possibilitam a conexão e a execução do plano. Avaliação é processual e contínua, acontece através de observação e registros.

### **1.8 Perfil dos socioeducandos**

Percebe-se que os jovens que se envolvem com essas infrações são oriundos tanto da periferia como de bairros abastados. Encontramos jovens cumprindo medidas socioeducativas a partir de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos, fato este assustador dado ao altíssimo índice de violência praticada por esses jovens nessas faixas etárias. Não sabemos quais as condições estruturais ou de pobreza que estes jovens vivem, podemos analisar as condições em que estes adolescentes foram submetidas que justifiquem tanta reincidência.

Os acompanhamentos para tratamento de saúde (drogadição, alcoolismo ou outras enfermidades), são realizados geralmente fora da unidade, em hospitais especializados e acompanhado por profissionais da saúde e psicologia. O número assistido pelo CAPS se restringe em uma minoria, pois a grande maioria não apresentam transtornos mentais.

Quanto ao perfil familiar, os adolescentes em conflito com a lei, a maioria é composta por jovens masculinos, advindo de famílias de classe baixa, vivendo em condições desumanas, sem assistência familiar, Quando falamos sobre quais seus projetos de vida, alguns fazem relatos de sonhos quando estiverem em liberdade, outros são jovens com pouca ou sem nenhuma perspectiva de vida.

## **CAPÍTULO II - RELATOS DE VIDA DAS FAMÍLIAS DOS JOVENS INTERNOS NO CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ-CEPA**

“... É belo modelar uma estátua e dar-lhe a vida. Trabalhar uma vida e desenvolver-lhe a inteligência, é sublime”.

(domínio público)

### **2.1 Desvendando sofrimentos**

Baseado em pesquisa qualitativa, este trabalho apresenta relatos de vida sobre as dificuldades encontradas pelas famílias dos jovens em conflito com a lei no Centro Educacional Patativa do Assaré.

Pensando conhecer um pouco dessa realidade, busquei entrevistá-las, pois esta seria a melhor forma de conhecer com mais profundidade a realidade de vida cotidiana dessas famílias. Meu primeiro momento foi através de entrevistas: colher informações sobre o perfil familiar, situação econômica, sentimentos que marcaram a trajetória desses jovens e seus familiares. Percebi em seus relatos sentimentos ocultos em uma subjetividade, refletidos em lágrimas e tristezas.

Pela história social, a família adquire um papel fundamental tanto histórico como demograficamente. Dentre esses papéis, é relevante os modelos que temos de famílias brasileiras, vários são os conceito de família, para uns, a família representa um núcleo doméstico e para outros apenas uma consanguinidade. Para se entender essa melodia familiar, deve-se levar em conta todos os aspectos que envolvem histórica e geograficamente o termo “família”: a cultura, a capacidade de organização e principalmente a representatividade do casamento.

A estrutura familiar varia não só de uma sociedade para outra, mas também de uma classe para outra numa mesma sociedade. É comum encontramos na estrutura familiar mulheres sendo chefes de família, além disso, encontramos inúmeras mulheres com participação ativa, quer na família, quer na sociedade, gerindo negócios e propriedade de maior e menor vulto, assumindo a chefia da família e trabalhando para a sobrevivência de sua



prole”. (1987, p.35). É com essa visão que analisaremos pode-se caracterizar a família como instituição fundamental na educação e socialização dos filhos, mesmo que não seja tão nuclear, pois sabemos que dentro desta dinâmica, há uma articulação entre outras famílias nucleares construídas socialmente por parentes em condição de avos, irmãos, tios e até mesmo primos. Se seguirmos a trajetória de vida destas famílias, seremos surpreendidos com situações em que, em algum momento, por algum motivo houve ou haverá rejeição da família de origem, da negação dos laços de parentescos. Todavia, esses mesmos sujeitos que em algum momento romperam com seus pais ou parentes, em outra fase de sua vida recuperaram ou recuperarão os laços familiares e todo o seu parentesco em geral.

Como qualquer sujeito, o jovem é um produto de sua cultura e seu ambiente, influenciado por pessoas e eventos. Os pais têm uma importância fundamental em todo o seu processo de vida. Nessa relação, muitos jovens buscam como família os avos perdendo um pouco da referência que este tem da figura dos pais. Além desse parentesco, o jovem também busca construir outros núcleos familiares no universo da amizade, onde, os amigos são valorizados e vistos por esses sujeitos como ponto de partida para a liberdade, Se analisarmos, obviamente não construímos amizade com qualquer pessoa. Existe uma justificativa para que se possa ser amigo de certas pessoas e de outras não. Certas pessoas não podem ser amigos de indivíduos que pertençam a seguimentos muito diversos dos seus - “Há um mapa, mesmo nesse reino da liberdade, da amizade, da opção e da individualidade”. Gilberto Velho (1987, p.86).

Imagino o choque emocional e psicológico que representa para os pais, o filho está envolvido com Atos Infracionais, é o que podemos observar nos relatos dos autores citados seguir e nas próximas páginas:

No momento foi um choque, meu filho sempre foi um bom filho, sempre respeitou todos de casa, sempre gostou de ajudar todo mundo. Foi muito difícil para eu aguentar, meu sofrimento maior foi quando ele começou a ficar desobediente, teimoso, aí foi que descobri as amizades com quem ele tava saindo. O choque maior foi quando a puliça chegou lá em casa, prendeu meu filho e algemou e levou para a delegacia preso. (Orquidea, 49 anos, mãe de um adolescente interno no CEPA). Diário de campo; 03.10.2012.

Vejamos que no cotidiano dessas famílias, muitos são os papéis que os sujeitos vivenciam na busca pela felicidade; é o que chamamos de **jogo da vida**. São famílias que, em sua maioria se encontram desestruturadas e pouco sabemos sobre os apoios que estas famílias contam para lidar com as situações de conflitos com o filho em relação à lei. Percebemos que social, psicológico e economicamente apresentam dificuldades em atender as exigências estabelecidas

pelo ECA em seu art. 4º. Dada à situação que se encontram também geograficamente, pois, muitas residem muito distantes do Centro de Internação, outras por questões financeiras; muitas vezes não contam nem com o dinheiro para pagar a passagem o que dificulta a manutenção do vínculo familiar. Contudo, não é do nosso conhecimento a existência de alternativas para o enfrentamento das condições de vida adversas, o que essas famílias fazem para enfrentar fatos como esses, assim como pouco sabemos sobre o que realmente contribui para que o jovem, especialmente os privados de liberdade ou egressos das Medidas Socioeducativas se mantenham no núcleo familiar ou retornam à casa de internação e como as famílias podem ajudá-los. Muitas famílias apresentam um número significativo de filhos, todos participam e compartilham de uma mesma cultura sem vinculação com atos ilícitos, provavelmente apenas um envereda por caminhos obscuros buscando construir uma sociedade independente, contrária aos ideais familiares, uma sociedade repleta de preconceitos e estigmas associados aos jovens em conflito com a lei. Importante ressaltar que, o adolescente em conflito com a lei não pode ser reduzido ao ato praticado, a ele devendo ser creditado o seu potencial humano de autotranscendência. A compreensão de que ele “**está**” em conflito com a lei minimiza os riscos de que atitudes preconceituosas se cristalizem e se instalem a tendência a aprisioná-lo na categoria “**infrator**”. Esses preconceitos e estigmas que associam o adolescente em conflito com a lei a definições negativas tais como: marginal, menor infrator, vagabundo, outros, contribuem para os ressentimentos existentes nas famílias desses jovens que, mesmo ocupando o lugar de vítimas, pais e filhos estão sempre se confrontando em um duelo. Como diz (Volpi, 1992.p.14) “Cada força não obtém, nessa dinâmica social, o máximo de vantagens com o mínimo de custos. São forças contraditórias, envolvidas em uma luta, com pleitos específicos que se alteram no curso da história”. Essas alterações são entendidas como rituais que em algum percurso se cristalizam e se transformam em valores prontos para atender as necessidades de adaptações exigidas por uma sociedade que desequilibra, interpreta, constrói, desconstrói e negligencia; é um cenário que impacta diretamente o núcleo familiar, enfraquecendo-o em seu papel protetivo. Pois é o que afirma uma mãe de um adolescente interno no Centro Educacional Patativa do Assaré:

Ao tomar conhecimento do envolvimento de meu filho com Ato Infracional, no momento tive medo, tentei ser compreensiva, mas, não consegui. Somente após alguns meses é que consegui compreender. Foi muito difícil, tentei mudar tudo para salvar ele desta vida, mas ele me dava muito trabalho, pouco ficava em casa, vivia muito com os amigos que ele dizia ser sua família. Eu ficava muito triste em ver meu filho construindo uma outra sociedade familiar. Sociedade esta, que foge aos padrões de uma família. Um modelo de família ideal, penso: é construída de pai, mãe e irmão, (Mação, 37 anos ). Diário de campo; 03.10.2012.

Neste contexto, faz-se necessário entender que embora as famílias percebam a influência que as más companhias trazem aos seus filhos e a agressividade como esses se comportam na dinâmica familiar, estes não estão abandonados, pois uma grande maioria vive com sua família quando pratica o Ato Infracional, embora tenha havido rupturas nos laços familiares. Isso não quer dizer que essas famílias são desmerecedoras como legítimas educadoras dos filhos, pois, acreditam na ressocialização e provavelmente estão dispostas a todo e qualquer sacrifício para contribuir na conquista de uma ressocialização para seu filho.

## **2.2 O jovem em conflito com a lei e o preconceito social**

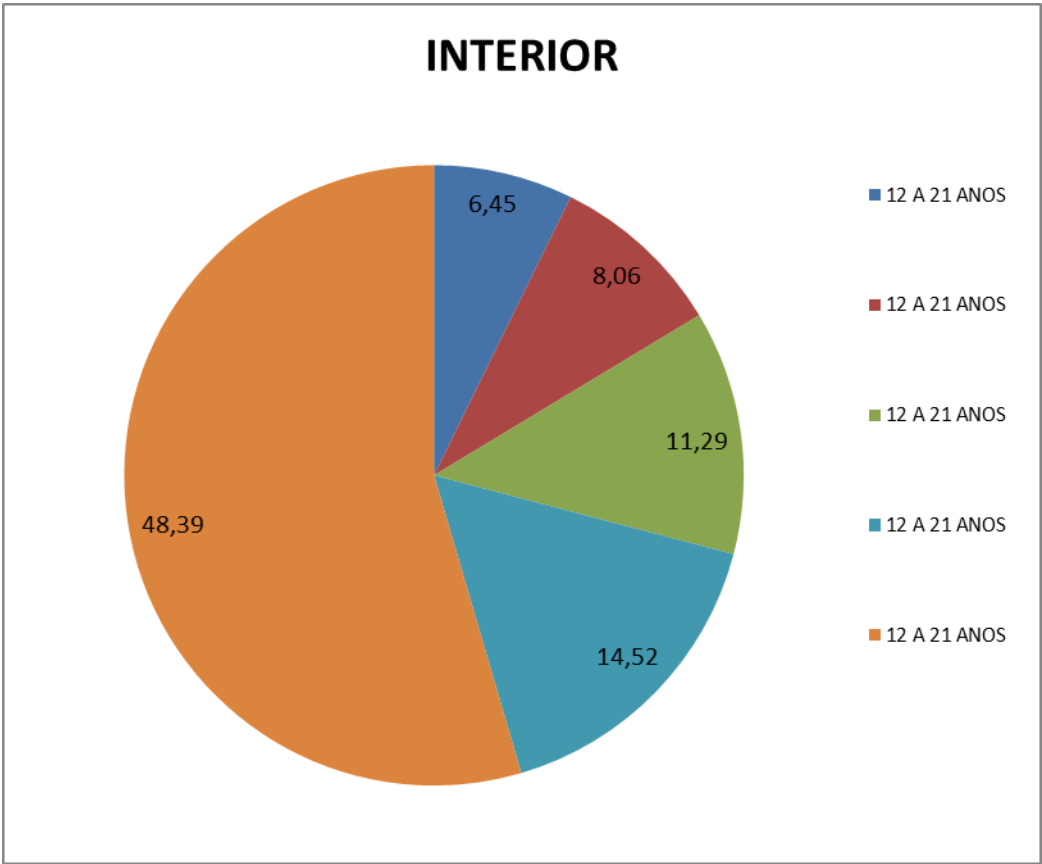
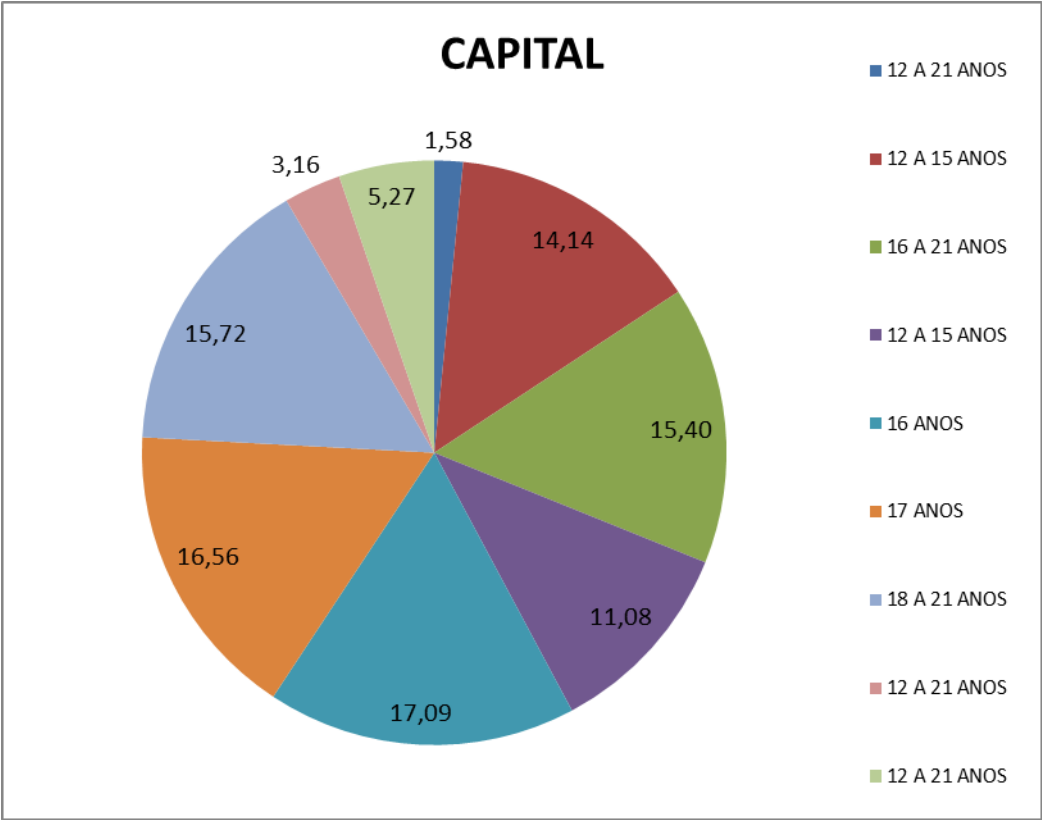
Os adolescentes privados de liberdade por cometimento de ato infracional estão inseridos no contexto da sociedade brasileira, que historicamente, constituiu-se como uma sociedade marcada pela grande concentração de renda nas mãos de poucos; estão inteiramente ligados às condições históricas, nas quais se perpetuam por gerações de sociedade sob a égide do capitalismo, ou seja, são adolescentes em quase sua totalidade provenientes de uma realidade onde seus pais, seus avós, não atualizaram suas potencialidades humanas. Cabe ressaltar aqui, que não estou referendando o senso comum de que pobreza e criminalidade é uma equação exata, nem banalizando os atos infracionais cometidos por esses jovens. Todavia, basta conhecer mais profundamente a sua realidade, seus modos de vida, seu cotidiano, suas histórias, suas frustrações, suas estratégias de enfrentamento do dia a dia para se compreender seu contexto social, ou seja, faz-se necessário olhar para esses jovens como sujeito de sua história, de direitos.

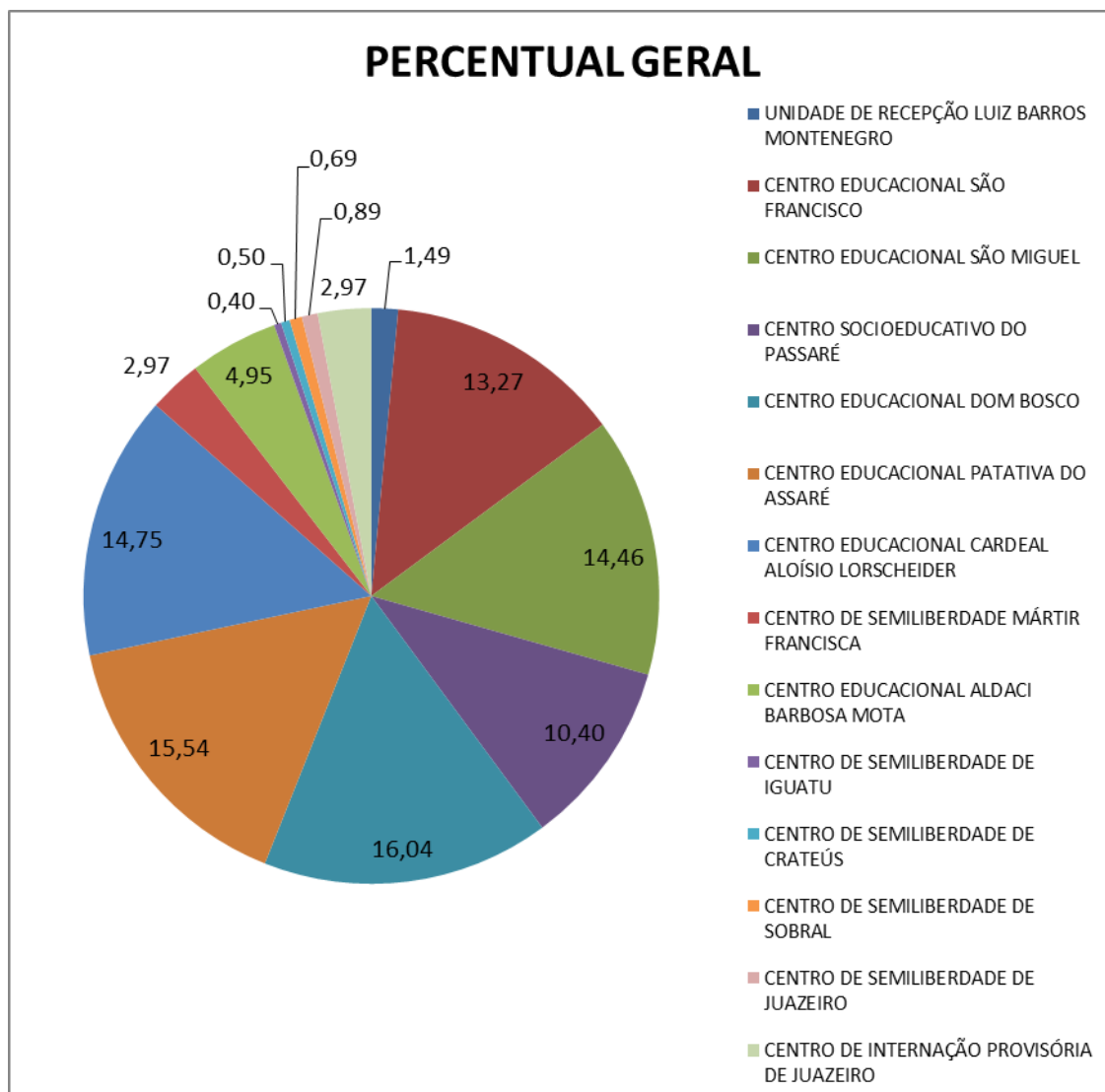
A adolescência representa uma complexa fase do desenvolvimento humano, a qual necessita de cuidado, proteção e respeito à sua condição peculiar de estar em desenvolvimento. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), este busca romper com a mentalidade menorista, que dirigia a tutela do estado às crianças pobres e que estivessem em “situação irregular”, termo que abrangia abandono, maus tratos e a prática de delitos. A atual legislação brasileira, seguindo os principais tratados internacionais, adota o paradigma da proteção integral e reafirma que toda e qualquer criança e adolescente é sujeito de direitos e deve ser respeitada sua condição de pessoa em desenvolvimento. O estatuto assegura direitos inclusive ao adolescente autor de ato infracional, para quem são destinadas medidas de caráter socioeducativo, também podendo ser aplicadas as medidas protetivas, e são sempre obrigatórias as atividades pedagógicas.

O quadro a seguir mostra como esses jovens em conflito com a lei se encontram distribuídos e cumprindo medidas socioeducativas no estado do Ceará, a capacidade que cada centro tem para abrigar os jovens e como estão lotados. Ceará, 19 de novembro de 2012

LEVATAMENTO DE ADOLESCENTES DAS UNIDADES			
CAPITAL			
UNIDADES	FAIXA ETÁRIA	CAPACIDADE	ADOLESCENTES
UNIDADE DE RECEPÇÃO LUIS BARROS MONTENEGRO	12 A 21 ANOS	30	15
CENTRO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO	12 A 15 ANOS	60	134
CENTRO EDUCACIONAL SÃO MIGUEL	16 A 21 ANOS	60	146
CENTRO SOCIOEDUCATIVO DO PASSARÉ	12 A 15 ANOS	90	105
CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO	16 ANOS	60	162
CENTRO EDUCACIONAL PATATIVA DO ASSARÉ	17 ANOS	60	157
CENTRO EDUCACIONAL CARDEAL ALOÍSIO LORSCHIEDER	18 A 21 ANOS	60	149
CENTRO DE SEMILIBERDADE MÁRTIR FRANCISA	12 A 21 ANOS	40	30
CENTRO EDUCACIONAL ALDADI BARBOSA MOTA	12 A 21 ANOS	40	50
<b>TOTAL</b>		<b>500</b>	<b>948</b>
INTERIOR			
CENTRO DE SEMILIBERDADE DE IGUATU	12 A 21 ANOS	25	4
CENTRO DE SEMILIBERDADE DE CRATEÚS	12 A 21 ANOS	25	5
CENTRO DE SEMILIBERDADE DE SOBRAL	12 A 21 ANOS	25	Semilib. 7
			Recepção 7
CENTRO DE SEMILIBERDADE DE JUAZEIRO	12 A 21 ANOS	25	9
CENTRO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE JUAZEIRO	12 A 21 ANOS	40	30
<b>TOTAL</b>		<b>140</b>	<b>62</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>640</b>	<b>1010</b>

De 100% dos adolescentes entre 12 e 21 anos existentes no Ceará que estão em conflito com a lei cumprindo medidas socioeducativas, desse total 9% encontram-se cumprindo medidas em meio aberto, 38,5% em sistema internação provisória, 44% em sistema de sentença e 8,5% por sistema de sanção aproximadamente, que é realizado no Centro Educacional Bom Bosco, afirma demonstrativo fornecido pela Secretaria do Trabalho Desenvolvimento e Ação Social-STDS/novembro/2012. O maior delito desses jovens é contra a propriedade. São meninos pobres, de baixa escolaridade, a maioria negros e pardos.





Os dados apontam para a funcionalidade do sistema socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei como um aparelho que reafirma a seletividade de pobres e miseráveis.

Não estou aqui defendendo que os jovens não sejam responsabilizados pelos seus atos. No entanto procuro refletir; se realmente é o tempo e a maturação (experiências) que transforma o ser humano, como ficam as possibilidades de crescimento e maturidade para estes jovens que tão precocemente são encarcerados e não raros torturados física e psiquicamente?

Ouvimos vozes que clamam por cadeia aos violentos, contudo, pouco se fala do cotidiano desses lugares, espaços destinados aos indesejáveis, aqueles, cujo comportamento ameaça a ordem social. Verdadeiros vales dos excluídos que devem ser mantidos distantes do convívio social.

Segundo Arendt (1994, s/p.), “Ação e discussão são as únicas formas que os homens têm para mostrar quem são, para revelar ativamente suas identidades pessoais e singulares, para revelar o “quem” em contra posição ao “o que’ alguém é”. Existir é, antes de mais nada, apresentar a própria imagem para o outro. O que equivale a dizer, para um adulto que já tenha ultrapassado as fronteiras dos complexos familiares, que existir é apresentar a própria imagem no espaço público. No entanto, o jovem que ainda se debate com tais conflitos imaginários solicita a presença da família como atualização destas imagens. A família torna-se veículo privilegiado para a instituição do laço social. É enfático a importância da família na constituição do sujeito. Todas as coisas que são passíveis de penas criminais na idade jovem ou adulta têm seu correspondente na infância normal, expresso através da relação entre a criança e o lar.

Apesar dos avanços incontestes da constituição e do ECA, a privação de liberdade continua sendo a principal forma de resolução vinculada à violência e a criminalidade. No entanto, de forma contraditória, para muitos jovens a privação de liberdade pode ser uma forma de se tornarem visíveis às instituições sociojurídicas. Nesse sentido, estes necessitam da prática do ato infracional para “existir” é, por si só, um limite ao exercício da liberdade.

Discutir adolescência, é descrever características e estruturas familiares, inclusive sua cultura e suas crenças ideológicas. É fazer distinção entre a criança e o menor, onde a criança é meu filho, é filho do meu irmão, do meu vizinho, todas as crianças queridas por nós. **O menor** é um sujeito temível que poderá estar ou não nas ruas, praticando atos ilícitos ou até mesmo cometendo crimes contra a ordem pública. Essas pessoas aos olhos da sociedade são chamadas de agressores: os assaltantes, os viciados, os homicidas, os latrocidistas, os estupradores e os traficantes. Para coibir tais tratamentos o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 15, assegura direitos, inclusive ao adolescente autor de Ato Infracional, para quem são destinadas medidas de caráter socioeducativo uma vez que estes gozam de direitos e deve ser respeitada sua condição de pessoa em desenvolvimento. Nessa etapa da construção, o jovem apropria-se de alguns recursos sociais e humanos para construir ou pelo menos tentar construir sua identidade como sujeito. Assim, compreendemos que; o mundo do adolescente é marcado por descobertas, autoafirmações, reconhecimentos e posicionamentos autônomos e podem ser percebidos como parceiro social (ARENDT, 2010, p.77).

Dentro dessa visão, manter estreitos os laços entre pais e filhos é fundamental para dissipar as angústias que atormentam esses jovens durante a adolescência. Nesse olhar sobre a família, compreende-se que nenhuma família gera e educa seus filhos para uma convivência fora dos padrões. Ocorre que nesta dinâmica social outros valores surgem ampliando o leque de relacionamentos familiares, muitas vezes são leques contraditórios que permeiam as relações entre pais e filhos, enfraquecendo os vínculos, ocorrendo uma quebra de padrões e uma consequente desestruturação familiar que, não se beneficiando de um suporte adequado, poderá levar muito tempo ou mesmo jamais se recuperar.

Nessa trajetória, várias são as etapas pelas quais esses jovens passam. São etapas que não acontecem de forma isoladas, mas em uma sequência e em um coletivo social, onde os sujeitos constroem e desconstróem a sua história. Para Berger e Luckmann (1999, p. 89), “algo que seja delito hoje pode não sê-lo no futuro e algo que foi delito no passado pode não ser no presente”.

É comum ouvir-se no discurso dos jovens privados ou que estiveram privados de liberdade relatos de vivências, onde estes, na maioria das vezes atribuem sua realidade e sofrimentos a outros atores, bem como fatores que os conduzem à prática do ato infracional. Em seus relatos buscam sempre justificar situações inadequadas a outros sujeitos sociais ou a uma sociedade que, ao mesmo tempo em que reage, sente medo, desconfia, teme, discrimina e desoportuniza-os de vez e voz.

Sabe-se que os adolescentes que se encontram envolvidos em atos infracionais convivem constantemente com situações conflituosas principalmente os conflitos sociais. Entretanto podemos ou não atribuir essa situação a desestruturação familiar, a situação de pobreza, ou melhor, de miséria, é o que mais se aproxima nesta pesquisa para justificar tanta violência, pois, dentre as famílias pesquisadas, os jovens envolvidos em atos infracionais, em sua maioria trazem uma referência periférica. Não estou aqui subjugando famílias, nem tampouco as desclassificando, é o que mostra esta pesquisa, muito embora haja referências também em locais mais sociáveis.

Percebe-se que os jovens estão cada vez mais praticando violência, situação assustadora e preocupante que culmina para um grande problema social brasileiro. Isso nos faz crê que esta violência esteja concentrada principalmente nas comunidades de jovens menos favorecidos ou desfavorecidos dos seus direitos, é o que concluímos em um relato de um jovem cumprindo medida socioeducativa:



[...] nós num tem direito a nada tia. A gente passa fome, dorme na rua, apanha quando num leva nada pra casa. É triste tia ver meu pai bebo batendo na mãe, minha mãe drogada me empurrando pra rua pra pedir mueda pra ela sustentar o vício, dói acordar e não ter nem um pedaço de pão pra comer, isso é vida? Fazer o quê? Quem tá na chuva é pra se molhar mesmo. Vida de bandido é isso mesmo: mata ou morrer. (G.B. 17 anos)

Isso nos faz compreender a pouca importância e valorização que estes têm pela vida. Vejamos que através do discurso desse jovem é possível se fazer uma análise da real situação dos adolescentes em conflito com a lei, acredita-se que a maioria destas famílias vive em situação de pobreza que, não atendendo suas reivindicações, logo esses adolescentes acabam sendo conduzidos à prática do crime. Conforme Assis (1999), 'o limitado horizonte que a maioria desses jovens têm em suas vidas pode ser percebido pelas carências, como as necessidades básicas de moradia, escolaridade, emprego e lazer, é o que assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. (4º. p. 24). Nesta dinâmica, vemos que as vítimas são os menos favorecidos, com menos poder de voz. Concluímos que o envolvimento em atos infracionais poderá ser entendido como uma forma de perceber que os problemas presentes e vivenciados pelas famílias perdem o controle e passam a exigir outros modelos para serem resolvidos. Dessa forma, as leis internas e o sistema jurídico brasileiro devem garantir as satisfações de todas as necessidades das pessoas, até 18 anos de idade, não considerando apenas o aspecto penal do ato praticado pelo ou contra o jovem, mas seu direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, ao lazer, à profissionalização, à liberdade, entre outros. (SARAIVA, 2002, p.14).

Apesar dos avanços da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere ao jovem em conflito com a lei, a privação de liberdade ainda é a principal forma de resolver os problemas vinculados a violência e a criminalidade. No entanto, visto de forma contrária, para muitos jovens a privação de liberdade pode ser uma forma de se tornarem visíveis às camadas sociais. Essa compreensão está consolidada pelas mudanças históricas do sistema penal e pelo aparecimento de novos modelos disciplinares que se repetem na atualidade. Muitos desses modelos se fortaleceram como um controle punitivo e disciplinar, dos quais enfocamos as Medidas Socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflitos com a lei.

A Medida Socioeducativa demonstra um controle social vivenciado de forma repressiva pelo poder, deixando para o adolescente diferentes significados, sobre os quais é possível referir:

[...] A Medida Socioeducativa, seja penal ou seja sanção, significa para seu destinatário, a reprovação pela conduta ilícita, providência subsequente que carrega em si,, seja a consequência restritiva ou privativa de liberdade, ou até mesmo modalidade de simples admoestação. O peso da aflição, porque sinal de reprovação, sinônimo de sofrimento porque segrega do indivíduo um de seus bens naturais mais valiosos, a plena disposição e exercício da liberdade. (KONZER, 2005, p.63).

Assim relata um jovem que cumpre medida socioeducativa em um Centro Educacional; as condições no Centro Educacional são precárias. Muita superlotação dificultando a acomodação nos dormitórios, principalmente quando chega a hora de dormir, As instalações físicas não contempla as necessidades e o pior, sempre estamos sendo vítimas de maus tratos por parte dos educadores sociais: pessoas escolhidas para cuidar de nós. (RS. 17 anos). Conforme relatório de inspeção (2006, p.97), “receberão atendimento efetivo os adolescentes que estiverem dentro dos padrões de comportamento concebido pelo instrutor”. Este, colocando-se na função de juiz de suas próprias leis. Conforme o Decreto nº 3.298, de dezembro de 1999 “deverão ser observados e respeitados na execução do atendimento das medidas socioeducativas. Sendo assim, o adolescente deve receber tratamento que respeite as peculiaridades de sua condição, de modo a evitar que esteja em posição de risco e desvantagem no sistema socioeducativo”. Em síntese, o que vemos é um atendimento de baixa qualidade nas unidades de internação. (CARMEM OLIVEIRA, 2006, p.101). Isso deixa uma compreensão de que a ausência de um bom atendimento conduz os jovens egressos das medidas de internação ao retorno aos Centros Educacionais.

A convivência nos centros educacionais, transmite a visão de uma realidade social conflituosa. Os ensinamentos ofertados aos socioeducandos acontecem de forma disciplinar, cujas intenções estão expressas em atitudes punitivas e educacionais, onde muitas vezes são interpretados pelos adolescentes internos como condição de otimismo para uma boa convivência ou de revolta, colocando os centros em estado de alerta.

O modo como esses ensinamentos acontecem desperta curiosidade em saber o que se ensina, como se ensina, o que se aprende e como se aprende, uma vez que, todos os sujeitos envolvidos buscam os mesmos objetivos: desenvolver nessa comunidade de jovens em conflito com a lei, expectativas de vidas, eles possam refletir e reconhecer que a vida resumida entre quatro paredes, torna-se mais difícil à modificação, enquanto que fora, tudo será possível, inclusive a reflexão para a conquista de novos aprendizados não apenas como justificativa por ganhar a liberdade, mas, um aprendizado que os façam sentir-se gente, alguém capaz de administrar sua própria vida ao longo de sua existência.

As medidas socioeducativas podem ser compreendidas de acordo com Silva (citado por HUTZ, 2002), como atividades que são impostas aos adolescentes pelas autoridades competentes, que pratiquem qualquer ato que configure ato infracional. Essas medidas na prática correspondem a advertências, reparação do dano, prestação de serviço a comunidade, liberdade assistida, regime de semiliberdade, ou seja, a internação em um estabelecimento tido como centro **educacional**.

### **2.3 Como tudo começou**

De todas as estatísticas disponíveis para o conhecimento da igualdade das classes sociais brasileiras, os dados sobre os efeitos da violência contra a pobreza, talvez sejam os mais agressivos. O fato de ser pobre aumenta o risco de sofrer violência, atentados discriminatórios que poderão levar os sujeitos pobres para serem assassinados se compararmos aos ricos.

Alguns homicídios poderiam ser classificados como crimes preconceituosos, mas todos, penso eu, são resultados de uma desigualdade social sofrida ao longo dos tempos, que transformou a pobreza em uma classe desfavorecida de nosso país. Contudo, vale entender que, a pobreza não é fator determinante para a criminalidade, mas, com pouco acesso aos serviços públicos e aos bens necessários a uma boa condição de vida. As pessoas pobres são fragilizadas e consideradas as maiores vítimas da violência. Refletindo sobre esse contexto, provavelmente esta é a realidade da classe pobre brasileira. Nesta vertente, percebe-se que as políticas punitivas e repressivas contra as classes menos favorecidas, não vão diminuir o índice de violência. O que está faltando são políticas de ações de natureza social que em suas atitudes venham a diminuir o índice de criminalidade. Todavia, o dia a dia das famílias de baixa renda é notório problemas e difíceis de serem solucionados. É possível que estes problemas influenciem na formação e desenvolvimento dos adolescentes. Em muitas famílias, percebe-se a ausência dos pais advinda, de uma separação ou pela procura diária de um trabalho, algo que possa suprir as necessidades básicas de sobrevivência familiar, é o que vemos em relato de uma mãe:

[...] a minha gravidez desse filho foi um pouco difícil, perdi meu marido (faleceu). Logo que meu filho nasceu, precisei trabalhar, como não podia pagar alguém para cuidar dele, fiquei deixando ele em casa de parentes para ir trabalhar. Quase não acompanhei a infância dele, por causa da dificuldade financeira, tinha que ir trabalhar. (maravilha, 53 anos).

Vejamos que essa ausência, mesmo involuntária, em muitas situações, contribui para que o jovem construa outros laços sociais, muitas vezes fora dos padrões. Como diz Assis (1999). Tais envolvimento fazem com que os adolescentes incorporem uma visão de valorização do desvio de conduta como condição de ascensão na hierarquia de papéis sociais, obtidos por meio da força e da crueldade.

Vale ressaltar que, as dificuldades porque passam as famílias no processo de educação dos filhos adolescentes, podem gerar motivos que revelam essa falha, tais como: o uso de drogas ilícitas, o envolvimento com más companhias e até mesmo com atos infracionais. Esse comportamento é relevante para a compreensão de quanto o uso de drogas na juventude retrata as dificuldades que a família enfrenta para romper com essa etapa.

[...] Percebo que a presença do pai na criação do filho é muito importante. Com o pai por perto o filho obedece mais. Meu filho começou umas amizades com traficantes, começou a assaltar e eu sem apoio do pai foi mais difícil para controlar, a poste de hoje ele se encontrar internado em um centro educacional, cumprindo medida socioeducativa, mas eu nunca desisti do meu filho. (Flor, 49 ano).

A presença de situações que contrariam as normas sociais, no período da adolescência, poderão ou não estar associadas às dificuldades vivenciadas na dinâmica familiar, mas do que a atitudes relacionadas ao comportamento individual, bem como fatores estruturais, como: ausência dos genitores, seja por separação ou abandono, ou família com número de filhos bem expressivos. Assim diz Dr. Lee Salk (1982, p.67.) “Os problemas que surgem devido a disciplina inconstante às vezes são criados, não porque os pais sejam inconstantes ao tratar a criança, mas porque de vez em quando permitem que outras pessoas estabeleçam regras e regulamentos”, são modelos de sociedades da contemporaneidade: pais ocupando o lugar de filhos e filhos sendo chefe da família no controle e na ordem da casa. Muitos passam a conviver em grupos de pessoas quase sempre pouco qualificadas, dessa convivência, estes desenvolvem maneiras peculiares de reagir e diferentes formas de solicitar atenção às suas necessidades, o ambiente onde vive, as pessoas com quem convive, em fim, tudo isso contribui para que esse jovem se volte para outros interesses, criando estratégias para que possam ser vistos como sujeitos de seu processo, mesmo que para isso tenha que matar ou morrer, pois o que se percebe é uma inversão de valores onde o respeito a família perde sua importância e prevalece o conceito da individualidade e a valorização dos grupos de amizades como modelo de novos paradigmas.

[...] Os pais precisam estar atentos à questão da convivência, devem observar que os filhos não exigem ação dos pais o tempo todo. Mas exigem à cada tempo, um pouco. Por isso, vale apenas atender na hora em que o filho solicitar. (Içami Tiba. 1996, p.82)

Jovens que vivenciam rejeição familiar, violência comunitária, falta de oportunidades e baixa escolarização, são fatores que influenciam o jovem ao cometimento do ato infracional. Todos esses fatores colocam o jovem em situações adversas das quais são vítimas ou autores, que poderão ou não levá-los à morte precocemente.

### CAPÍTULO III - SUGESTÕES E POSSIBILIDADES DE MUDANÇA DE VIDA

Eu não caibo mais nas roupas que eu cabia.  
 Eu não encho mais a casa de alegria.  
 Os anos se passaram enquanto eu dormia  
 E quem eu queria ver já me esquecia.  
 Será que eu falei o que ninguém ouvia.  
 Será que escutei o que ninguém dizia.  
 Eu não vou me adaptar, não vou me adaptar. (bis)  
 Eu não tenho mais a cara que eu tinha.  
 No espelho essa cara já não é minha.  
 Mas é que quando eu me toquei achei tão estranho.  
 A minha barba estava deste tamanho.

(Titãs)

#### 3.1 O que pensam as famílias dos socioeducandos do O Centro Educacional Patativa do Assaré – CEPA

A preocupação das famílias com os filhos cumprindo Medidas de Internação nos Centros Educacionais é uma constante, dada a situação em que esses se encontram, pois o fato de seus filhos terem praticado atos ilícitos ainda vivendo em domicílio familiar, demonstra que esses jovens por algum motivo necessita de um apoio e acompanhamento maior de seus familiares.

Como norma de proteção ao adolescente infrator, ressalto aqui o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Título II, que prisma sobre os direitos fundamentais dos jovens, principalmente, dos que se encontram em conflito com a lei. Também o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE, órgão responsável pela estruturação das unidades de internação e da organização das políticas públicas para essa sociedade, que pleiteia junto a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento e Ação Social-STDS o cumprimento estabelecido por essas diretrizes, uma vez que esses jovens sejam tratados como uma cultura calorosa ao invés de pressões. Que os valores sejam cultivados importantes na vida desses adolescentes, possam despertar o desejo de libertação interior e evolução da autoestima, motivando-os para o cultivo do bem.

Acredita-se que os jovens em algum momento de suas vidas pensaram em um projeto de vida, dentro de um espaço maior, que é a existência do ser humano no mundo, em um espaço de tempo têm para viver. Nos Centros Educacionais esse pensamento é relevante

na vida dos jovens internos, está associado a uma série de fatores que dizem respeito a tomada de decisão, as expectativas e as concepções que os jovens têm de si e dos outros, e também das oportunidades e dificuldades que encontrarão pela frente. É um projeto de vida dinâmico, que pode ser modificado conforme as situações e oportunidades.

No Centro Educacional Patativa do Assaré, essas dificuldades caminham para uma superação, graças ao envolvimento que os profissionais têm com o trabalho e o compromisso e dedicação para com os jovens que cumprem Medidas Socioeducativas neste centro. Como afirma Gisele, (1988) “Conhecendo todos os lados do problema, pode-se avaliar o que é superável e o que não é. E também, saber em quais pessoas se pode buscar apoio num momento de crise que possa surgir.”

O trabalho realizado com os adolescentes no CEPA, transmite a comunidade familiar confiança e provavelmente conduz o jovem a refletir sobre si, examinando quem ele é, ou quem ele gostaria de ser. Propicia a descoberta do que é importante para si quando estes pensam em todos os estilos de vida possível. Essas são as expectativas das famílias, cujos filhos se encontram cumprindo medidas socioeducativas no Centro Educacional Patativa do Assaré.

[...] O ECA trouxe mais tranquilidade para mim quanto a violência familiar e social com o menor. Mas, por outro lado fico triste porque meu filho trabalhava e ajudava em casa. Com o Estatuto do Menor meu filho foi proibido de trabalhar, ficou desocupado e começou a buscar outras ocupações, indo por esse caminho. Eu perdi o domínio sobre ele e hoje sofro com a vida que ele leva, mas fico feliz com a atenção, os cuidados e o trabalho que o Centro Educacional Patativa desenvolve com meu filho. (Alegria, 46 anos), mãe de um adolescente no CEPA.

Com esse número de menores desempregados, que contagia o país, principalmente nas classes baixas, em que é comum encontrar um número significativo de pessoas sem qualquer qualificação para o trabalho, a criminalidade aparece como uma forma de emprego muito atraente aos jovens. A dificuldade de emprego para um jovem menor de 18 anos está escrita em diretrizes gerais, que determinam que os jovens têm direito a conquista do trabalho na condição de menor aprendiz, recebendo seus vencimentos abaixo de um salário mínimo. Para aumentar sua renda o adolescente procuraria uma outra oportunidade no mercado informal, percebendo no crime a saída para se tornar financeiramente independente, com salários, muitas vezes, superior ao dos seus genitores.

Para as famílias desses jovens o Centro Educacional ainda é o lugar onde se oferece oportunidades de trabalho e retorno ao convívio familiar. É um lugar onde cada

jovem é visto como sujeito que praticou um ato infracional e que cumpre uma medida de internação temporária, mas, que em tão logo deverá retornar a instituição familiar e social e que deveria levar consigo ferramentas básicas para uma vida melhor, saudável e com qualidade, ferramentas como saúde, educação profissionalização, respeito e cidadania.

### **3.2 Sociedade: quem pariu mateus que balance**

A sociedade pode ser definida como um conjunto de pessoas com atitudes, direitos e deveres, com formação em diferentes classes assim organizadas: baixa, média e alta, e diferentes sujeitos. Neste contexto o foco maior é levantar argumentos sobre a posição da sociedade em relação ao jovem em conflito com a lei, considerando que a sociedade tem um papel fundamental nesse processo.

A delinquência é um termo utilizado aos jovens em conflito com a lei, que, em suas práticas e vivências praticam atos ilícitos, estes são interpretados pela sociedade como indivíduos difíceis de serem compreendidos e por estar inseridos nesta sociedade, são estigmatizados como sujeitos dotados de grandes problemas. De acordo com Salles, (2005), “Os adolescentes devem ser compreendidos primeiramente como reflexão da cultura e sociedade na qual estão inseridos” Ressaltando os principais problemas que envolvem experiências perigosas vivenciadas por esses jovens, é notório problemas que estão enraizados no comportamento e nas atitudes consideradas as mais comuns quando se fala em delinquência juvenil.

A situação em que se encontra em discussão, não deve ser observada e discutida isoladamente, mas, em toda sua dimensão, considerando os valores sociais e culturais que envolvem os sujeitos. Olhando por um lado social vimos que, a sociedade é capaz de criar e transformar tudo o que bem quiser. Numa visão contemporânea, esta se posiciona de forma a compreender que, se alguém gera problemas deve ser responsabilizado por eles, e não se eximir dos problemas, atribuindo a culpa a outros segmentos.

No que se refere aos jovens em conflito com a lei, certos comportamentos sociais transmitem uma compreensão de raiva, nojo, medo, desprezo, uma vez que a sociedade não os vê como coitadinhos, nem inocentes, mas alguém que quer transferir algo para outras pessoas, retirando de si a culpabilidade dos atos cometidos, que de uma forma ou outra, essas pessoas passam a conviver em uma situação de perigo, onde a decepção e o sofrimento podem ser definidos como o reconhecimento e aceitação das diferenças, por parte das famílias.

É o que diz Alba Zaluar, (1999): “[...] Não é a pobreza que explica a



criminalidade, mas é a desigualdade social que explica tanto a visibilidade do crime”.

Diante de alguns conceitos, vale dizer que, a criminalidade, o medo e a violência, não se prendem apenas pela troca de força, o descaso, o abandono e a agressão verbal, sem a presença da força também constitui um ato violento, é o que afirma Freire, (1987) “Dizer que os homens são pessoas, e como pessoas, são livres, e nada concretamente fazem para que esta afirmação se objetive, é uma farsa”.

### **3.3 Políticas públicas para os jovens em conflito com a lei**

A violência urbana entre adolescentes acredita-se ser composta por elementos, cujas diferenças, requerem, portanto, uma avaliação minuciosa sobre o seu desenvolvimento e formação destes jovens, o local onde moram, a estrutura familiar, condição econômica e escolaridade, muito embora, acredita-se que, a violência não está presente somente em classes pobres, nota-se um número significativo de violência também em jovens de classe média. Recentemente no Brasil tivemos um exemplo bastante chocante, a morte do índio Galdino Jesus dos Santos, que em 1997 teve sua vida interrompida quando dormia em um ponto de ônibus, um grupo de jovens, mais ou menos uns cinco de nível social bem elevado atiraram-lhe fogo enquanto dormia. Diante dessa barbárie compreendemos que a delinquência e a criminalidade se perpetuam não somente por falta de estruturação familiar e educacional, é o que afirma Vasconcelos (2006). “Situação familiar e financeira estável, bem como educação de qualidade não são mais sinônimos de proteção ao envolvimento com atos violentos, pois existem diversos casos de jovens com tais características socioeconômicas envolvidos com o tráfico de drogas, assaltos e outras violências.”

Tomando como base tal situação, ressalta-se a inquietação quanto a ausência de políticas públicas como base na contribuição da inserção desses jovens em um convívio social, bem como a importância do Poder Público investir mais em políticas públicas, visando o enfrentamento da delinquência juvenil.

É visível o crescimento desgovernado de jovens envolvidos com atos infracionais e os novos modelos desses atos poderão ser compreendidos como uma manifestação de muitas situações. Existem nos tempos atuais, relacionados com acontecimentos regionais e locais, ao passo que, como consequência outros fenômenos vão se revelando, como: o consumo de drogas, a perda de controle das famílias pelos seus filhos, o desprezo pela escola, as mortes violentas e a dificuldade que esses jovens enfrentam para conquistarem o mercado de trabalho.

Ao abordar o assunto sobre políticas públicas sinto o desejo de explicá-las, partindo de um modelo, mas, no que concerne, estamos vivendo um período desmodelado, um momento em que se vive uma sociedade angustiada.

As políticas públicas podem ser compreendidas como ferramentas para se trabalhar determinados tipos de problemas enfrentados por uma população ou comunidade restrita a um espaço. Como ferramenta torna-se necessária para o trabalho a favor dos jovens em conflito com a lei que buscam uma conquista ou inclusão na sociedade. Cabe ao setor público elaborar, planejar e executar mais políticas públicas de forma sistematizadas, pois a falta dessas políticas para esses jovens que cumprem medidas de internação nos Centros Educacionais, poderá sentenciá-los à condição de irrecuperáveis. Se nada for feito, estes no Brasil e principalmente no Ceará, permanecerão roubando, consumindo drogas, traficando, agredindo e matando. É importante que esses jovens sejam inseridos no mercado de trabalho, exercendo ativamente sua cidadania, com certeza viverão por muitos anos e principalmente distantes da violência.

Desta forma, faz-se necessário que os governantes assumam o compromisso de cumprir a lei, descartando ações paliativas e desenvolvendo programas que possibilitem o pleno exercício da cidadania. Diz Aranha (2006, p. 96):

[...] O ser humano do ponto de vista biológico é o mais frágil dos animais e não sobrevive sozinho. Em suas relações, socialmente, a presença de adultos confiáveis e o exercício da autoridade asseguram a solidariedade necessária para o convívio democrático.

Se nada for feito, o adolescente em conflito com a lei no Brasil e principalmente no Ceará em sua condição de antissocial.

Em resumo, nessa concepção, que foi se formando na modernidade, a principal função do jovem é se preparar, se educar, interiorizar as regras e disciplinas, e seu espaço “natural” são as instituições formadoras, em espaços protegidos, disciplinados, com um tempo organizado, em que o jovem tem contato com adultos, especializados na educação (como escola, clubes etc.), e não o “mundo solto” e conflituoso da rua, do público, de contatos e referências não controláveis. (VIRGINIA/FERNANDA, 2003).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa confirma uma realidade que expõe diversos aspectos sociais, como as drogas, situação financeira e econômica, as políticas públicas e principalmente as dificuldades encontradas na relação familiar como características e justificativas para a prática do ato infracional na adolescência, uma vez que vários motivos, entre outros particulares como crises familiares têm conduzidos esses jovens a marginalidade e a destruição de suas próprias vidas. Mesmo com um novo olhar da sociedade, a implementação das leis que assistem esses adolescentes (ECA, SINASE), percebe-se que o índice de violência vem aumentando consideravelmente, pois o que vivenciamos é tão somente, adolescentes com idade bem menor envolvidos com atos ilícitos.

Foge a minha idoneidade afirmar que ou quais causas levaram esses jovens a buscar esses comportamentos, mas, indícios me fizeram compreender que, dentre os motivos que influenciaram esses adolescentes à vida no crime, os conflitos familiares, o descaso por parte dos nossos governantes, a realidade socioeconômica e cultural, o preconceito social e a fragilidade das políticas públicas confirmaram a real situação da juventude brasileira.

A ausência de todos esses seguimentos contribui para que, todos esses jovens, que, por assumirem responsabilidades pelos seus atos ECA (art.116,p.81), necessitam ser privados de sua liberdade ficando expostos a discriminação e excluídos da sociedade, onde esses sujeitos são conhecidos como formuladores de direitos, conhecendo a lei e valendo-se dos seus direitos conquistados.

A ausência das políticas social, cultural e educacional conduz as políticas públicas ao fracasso e enaltece os conflitos entre as famílias desses jovens. Supõe-se a falta de percepção dos governantes e da sociedade na urgência de normatizar e efetivar medidas emergenciais que venham atender as necessidades conflituosas dessas famílias, esses são os principais fatores, uma vez que os adolescentes em conflito com a lei, que são autores e vítimas da violência, participam de todas as camadas da sociedade, ao invés dos sistemas prisionais, colocando a sociedade em condição de ineficientes, serão cidadãos participativos de um futuro próximo.

Para que haja consagração dessas políticas, é relevante o reconhecimento por

parte das autoridades no desenvolvimento de mais ações e a implementação das já existentes. Programas que incentive os socioeducandos a buscar um melhor desempenho em suas atuações junto a sociedade, assistência inclusão das famílias no mercado de trabalho, para que essas possam cuidar melhor de seus filhos. Também projetos que estimule o funcionário a uma melhor atuação em seu trabalho, visto que o andamento dos centros educacionais, depende também da integridade, atitude humanística e competência para a realização de suas tarefas. Por falar em atitudes e competências, reporto-me também a Educação em Direitos Humanos, uma cultura destinada á formação de uma cultura de respeito á dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, tolerância e da paz. Uma educação que proporcione uma mudança nos hábitos culturais e atitudinais dos atores envolvidos com medidas socioeducativas, que possa realmente mexer com o que está mais enraizado nas mentalidades, muitas vezes marcadas por preconceitos, por discriminação, pela não aceitação dos direitos de todos, pela não aceitação das diferenças. (BENEVIDES, 2000).

Costumeiramente, a nossa educação escolar se preocupa em inserir conteúdos aos seus educandos, para a formação de sujeitos técnicos, competitivos, esquecendo valores que estão imbuídos na educação, necessários a formação de cidadãos participativos e conscientes dos seus direitos e deveres.

Nesse sentido, expresso aqui meus sentimentos, quando em fase escolar não fui contemplada em minha formação com a Educação em Direitos Humanos, como base para a construção democrática e cidadã no tocante ao respeito a dignidade humana, como assegura a Constituição Federal”Todos são iguais perante a lei”(art. ), “Todos os brasileiros têm direito a livre expressão”.(art.5º).Contudo, sobre o olhar filosófico de Immanuel Kant, cada ser humano é único e irrepetível, por isso mesmo, ao contrário das coisas, os seres humanos não têm preço ou valor, mas possuem dignidade, isto é, um valor incondicionado e absoluto que ultrapassa todos os valores.

Observando a sociedade, a qual somos sujeitos participativos, é, pois, emergencial a construção de políticas públicas emergenciais preventivas que possam assistir adolescentes muitos jovens (12 anos), envolvidos com atos infracionais, é preciso que haja uma intervenção urgentemente para que esse fenômeno não se torne uma indústria de futuros carcerários. Contudo, é possível que uma parceria entre estado, família e sociedade possam garantir a inclusão desses adolescentes no mercado de trabalho, através de ações que promovam a igualdade de oportunidades e o combate a discriminação.

Experiências relatadas pelos sujeitos sinalizam a ausência de políticas públicas voltada para um trabalho permanente na construção da cidadania desses jovens e suas famílias, pois realidades comprovam que os programas, cujas famílias se fazem ausentes, estes não logram êxitos, haja visto que a família neste seguimento é considerada parte fundamental do tripé. Desta forma, é possível chegar a um convívio social que promova uma inclusão mais digna e justa sujeita a novas transformações, cujas diferenças possam ser vistas como características peculiares de cada sujeito, não atribuindo superioridade ou inferioridade, mas, simplesmente diferenças.

É possível que uma parceria entre Estado, família e sociedade, possa garantir a inclusão desses adolescentes no mercado de trabalho, pois, realidades comprovam que os programas cujas famílias se fazem ausentes, estes não logram êxitos, haja vista que a família neste seguimento, é considerada parte fundamental do tripé. Desta forma, é possível chegar a um convívio social que promova uma inclusão mais digna e justa, sujeita a novas transformações, cujas diferenças possam ser vistas como características peculiares de cada sujeito, não atribuindo superioridade ou inferioridade, mas, simplesmente diferenças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**/Maria Lúcia de Arruda Aranha. - 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Ed. Moderna, 2006.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro, 1994. Relume-dumará.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos e uma sociedade violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1999.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.064/1990. CONDICA, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996**. MEC. CURY, Carlos Roberto Jamil.

CARNEIRO, Tânia Maria Farias e BARRETO, Eryka Florence Pinheiro. **Guia útil para os pais**: uma abordagem educacional espírita-Fortaleza-Ce. GEPE, 2008-3ª ed.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

KLOSINSKI, Gunther. **A adolescência hoje**: situações, conflitos e desafios / Gunther Klosinski; tradução de Carlos Almeida Pereira.- Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.

MALDONADO, Maria Tereza. **Comunicação entre pais e filhos**: a linguagem do sentir/Maria Tereza Maldonado. - Petrópolis, ed. Vozes, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

Políticas Públicas: **Juventude em pauta**/Maria Virgínia de Freitas, Fernanda de Carvalho Papa, organização.-São Paulo: Cortêz: Ação educativa assessoria, pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

RABENHORST, Eduardo.**Dignidade Humana e Moralidade Democrática**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

SALK, Lee Dr. **O que toda criança gostaria que seus pais soubessem**. 10ª ed, Rio de Janeiro, Ed. Record.

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. CONANDA. Brasília, 2006.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**/Içami Tiba- São Paulo. Ed. Gente, 1996-1ª ed.

VASCONSELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas**. São Paulo: Ed. Métodos, 2008.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direitos fundamentais**. São Paulo; Direito GV/Malheiros, 2006.

VOLPI, Mário. **Adolescentes privados de liberdade:** A normativa nacional e internacional e reflexões acerca da responsabilidade penal/FONACRIAD, 3ª ed - Ed. Cortez,2006.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos:** a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei/Mário Volpi. - Ed. Cortez, 2001.

ZALUAR, Alba. **Retórica e realidade dos direitos da criança no Brasil, Rio** de Janeiro, 1999.-Internet.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A – Roteiro de entrevista**

#### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Nome fictício do entrevistado (a):

Data da entrevista:

#### **I. Perfil do entrevistado:**

1. Nome:

2. Idade;

3. Grau de parentesco com o adolescente;

4. Endereço:

5. Estado civil:

6. Religião:

7. Grau de escolaridade:

( ) Primeiro grau completo

( ) Primeiro grau incompleto

( ) Médio

( ) Superior

8. Número de filhos:

( ) 2   ( ) 3   ( ) 4

( ) Outros



9. Quantas pessoas residem na casa?

10. Imóvel em que a família reside;

( ) Próprio, ( ) Alugado, ( ) Cedido.

11. Trabalha? Em que?

12. Renda familiar;

( ) Menos de um salário mínimo

( ) Um salário mínimo

( ) Mais de um salário mínimo.

## **II . Convívio familiar**

1. Como é sua relação com o adolescente?

2. Existe algum filho que está cumprindo ou já cumpriu Medida Socioeducativa?

3. Há relatos de maus tratos ou agressões familiares por parte do adolescente?

4. Qual fator você atribui ao cometimento do ato infracional pelo adolescente?

5. Quais as dificuldades e facilidades encontradas na criação do filho?

6. Em sua comunidade é comum o envolvimento dos jovens em atos infracionais? Qual a sua opinião?

7. Qual seu relacionamento com o adolescente ao tomar conhecimento do ato infracional?

8. Em sua comunidade, que atividades são desenvolvidas para a manutenção do vínculo entre família e o filho egresso da medida de internação?

9. Quais lembranças você considera positiva e que marcaram a trajetória do jovem em conflito com a lei, no convívio familiar? E as negativas?

10. O que você mudaria na sua família?

## ANEXOS

### ANEXO A – Fluxograma técnico / Administrativo

